

Escolarização tardia



Reverter queda histórica das matrículas e criar metodologias para atender idosos e pessoas mais jovens se tornou um desafio central à Educação de Jovens e Adultos

CHRISTINA QUEIROZ — ilustrações DANIEL KONDO

Em uma sala na sede da União de Núcleos – Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (Unas), a aula começa com uma pergunta prática: “Como você faz para marcar consulta no Sistema Único de Saúde [SUS]?”. O silêncio inicial é seguido pelo debate que mistura relatos pessoais, frustrações e estratégias improvisadas por moradores da maior favela de São Paulo em extensão territorial. Há quem dependa do filho para acessar o aplicativo de agendamento, enquanto outros alunos evitam ir ao posto de saúde por não conseguirem preencher fichas de atendimento. A partir de conversas como essa, surgem palavras-chave que são registradas por professores em lousas e, depois, transformadas pelos estudantes em frases ou pequenos textos.

A atividade faz parte do projeto de extensão Letramento, Educação Popular e Redes Sociais (LER), desenvolvido pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em parceria com organizações sociais que atuam em áreas da capital paulista onde os índices de analfabetismo são altos. Criada no âmbito do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) em 2024, a iniciativa oferece cursos de letramento social e digital associados à alfabetização, leitura e escrita. Com duração de quatro meses, a formação é voltada a jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de incentivá-los a ingressarem na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Destinada a pessoas que não concluíram a educação básica, a EJA registrou em 2024 o menor número de matrículas dos últimos 20 anos, de acordo com o Censo Escolar divulgado no

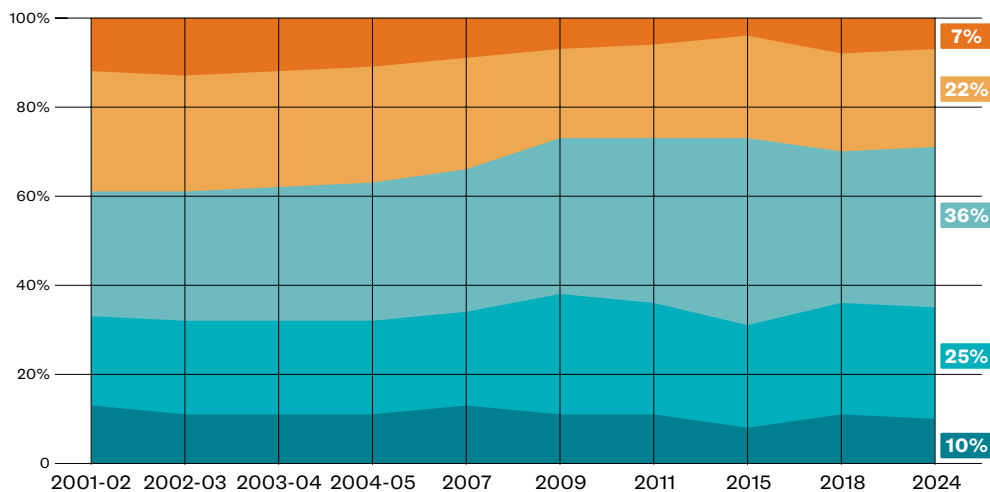
ano passado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O levantamento indica que entre 2015 e 2024 as matrículas caíram de 3,5 milhões para cerca de 2,4 milhões, consolidando um processo de esvaziamento progressivo da modalidade. “É um número muito baixo, considerando o contingente de brasileiros que não concluíram a educação básica, cerca de 68 milhões de pessoas”, relaciona Zara Figueiredo, secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), órgão criado pelo MEC em 2023.

Esse universo de 68 milhões de indivíduos abarca 9,3 milhões de pessoas não alfabetizadas, conforme dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad-IBGE). Do total de analfabetos, mais da metade tem 60 anos ou estão acima disso e cerca de 1 milhão está na faixa de 15 a 39 anos. Segundo Figueiredo, apesar da demanda potencial, cerca de 2,4 mil cidades não têm oferta de EJA pela rede municipal e mais de mil não oferecem nenhuma vaga na modalidade. “Muitos alegam que não têm procura, mas os dados demográficos comprovam que há pessoas não alfabetizadas vivendo nesses territórios”, relata.

Na perspectiva de Maria Clara Di Pierro, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), a queda histórica de matrículas na EJA apresenta causas múltiplas. Entre elas, figuram a ausência de políticas de busca ativa de potenciais estudantes, a adoção de um modelo escolar que reproduz a lógica da educação infantil e a formação inadequada de professores para atuar com alunos na fase adulta. “A precarização do mercado de trabalho vem agravando o cenário. Pessoas com baixa escolaridade que transitam entre trabalhos informais e o desem-

Alfabetismo no Brasil

Em 23 anos, percentual de analfabetos diminuiu de 12% para 7%, mas o nível de pessoas proficientes permaneceu estável



FONTE: INAF

■ **Analfabeto:** pessoas que não conseguem realizar tarefas simples envolvendo a leitura de palavras e frases

■ **Alfabetismo rudimentar:** pessoas capazes de localizar informações explícitas, expressas de forma literal, em textos compostos de sentenças ou palavras

■ **Elementar:** indivíduo capaz de selecionar, em textos de extensão média, uma ou mais unidades de informação, realizando pequenas inferências

■ **Intermediário:** indivíduo capaz de localizar informação expressa de forma explícita ou não em textos diversos, realizando pequenas inferências

■ **Proficiente:** indivíduo que elabora textos de maior complexidade

prego têm rotinas instáveis, incompatíveis com os horários rígidos da escola regular”, analisa. Para Pierro, outro problema é a ausência de mobilização social. “Diferentemente da educação infantil, cuja expansão foi impulsionada pela pressão da sociedade e por medidas judiciais exigindo vagas em creches, a EJA raramente mobiliza ações coletivas”, diz. “E, como não há obrigatoriedade de estudar após os 18 anos, a procura não se manifesta de forma explícita.”

Em estudo realizado com outros pesquisadores da Universidade Federal do ABC (UFABC) e da USP, Pierro procurou estimar o público potencial da EJA em sete municípios da Região Metropolitana de São Paulo: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Iniciada em 2024 com financiamento da FAPESP, a pesquisa identificou a existência de 700 mil pessoas com 18 anos ou mais que não finalizaram a educação básica e poderiam estar matriculadas na modalidade de ensino. Desse total, 60% não concluíram o ensino fundamental e 40% o ensino médio. “A esse contingente soma-se um grupo de mais de 13 mil adolescentes de 15 a 17 anos, ou seja, em idade de escolarização obrigatória, que abandonaram a escola antes de terminar a educação básica e poderiam retornar ao sistema educacional por meio da EJA”, contabiliza a pesquisadora.

Ainda de acordo com o levantamento, a quantidade de pessoas não alfabetizadas dos sete municípios engloba cerca de 56 mil indivíduos. “Se incluímos aqueles que não completaram os quatro primeiros anos de escolaridade, que provavelmente estão na condição de analfabetismo funcional,

o número chega a 174 mil pessoas”, alerta a pesquisadora. Apesar da demanda expressiva, no entanto, Pierro informa que não houve expansão da oferta de vagas nas localidades avaliadas pelo estudo. Entre 2014 e 2024, as matrículas caíram mais de 56%, sendo que a queda mais intensa ocorreu durante e após a pandemia de Covid-19. No mesmo período, o número de escolas que ofertavam a modalidade de ensino foi reduzido em 37%. Isso significa, segundo a pesquisadora, que atualmente a cobertura escolar corresponde a menos de 20% da demanda potencial estimada nos sete municípios analisados.

A retração nas matrículas da EJA é uma realidade em todo o estado de São Paulo, de acordo com nota técnica da Rede Escola Pública e Universidade (Repu), formada por seis instituições públicas, incluindo a USP, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Publicado em 2024, o documento indica que em 2020 os alunos da modalidade na rede estadual somavam 220 mil pessoas, número que despencou para 105 mil, em 2023. “As redes têm concentrado as turmas de EJA em escolas específicas, reduzindo a quantidade de unidades que ofertam a modalidade de ensino. Embora racional do ponto de vista administrativo, a estratégia pode ser contraproducente para mobilizar a demanda. Se a escola deixa de estar no território do aluno, a frequência cai”, afirma a pesquisadora.

Coordenador do projeto de extensão citado no começo desta reportagem, o administrador público Daniel Arias Vazquez, da Unifesp, relata que em Heliópolis e favelas da Vila Prudente, o público atendido pela iniciativa é composto, majoritariamente, por mulheres idosas com baixa escolaridade, sendo que boa parte delas não sabe ler nem escrever. Já entre a população em situação de rua, atendida pelo projeto a partir de uma parceria com o Instituto Paulo Freire e a Pastoral do Povo da Rua, o perfil é predominantemente masculino, mais jovem e, em muitos casos, com trajetória escolar interrompida em fases mais avançadas. Há, ainda, presença significativa de mulheres trans que, embora tenham frequentado a escola, não concluíram a educação básica.

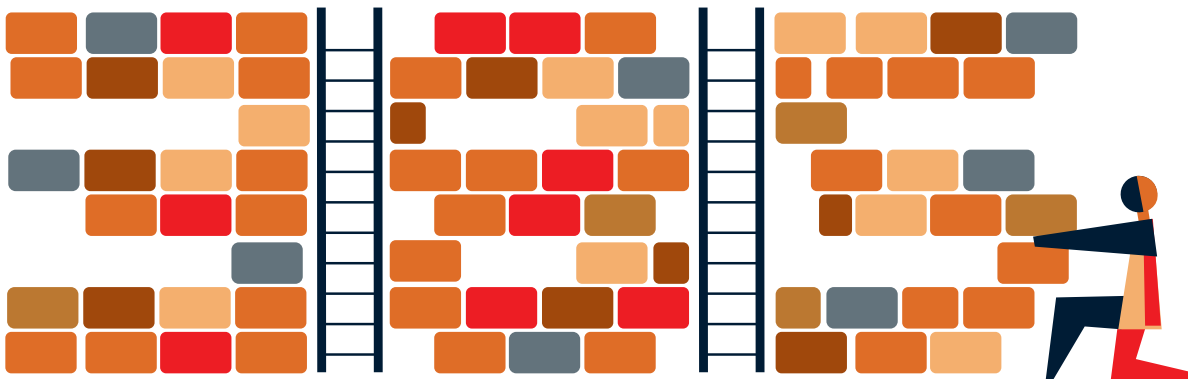
Iniciado em 2025, o projeto formou 274 alunos, com foco em três frentes articuladas: a melhoria do domínio técnico da leitura e da escrita, a ampliação do uso de tecnologias digitais e o exercício da cidadania. “Os conteúdos abarcam situações concretas do cotidiano, entre elas o acesso a serviços do governo por meio de plataformas digitais e a identificação de desinformação”, conta Vazquez. No ano passado, o projeto conquistou o primeiro lugar no Prêmio da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) de extensão universitária.

Historicamente, a EJA ocupou posição marginal na agenda de políticas públicas no Brasil, de acordo com Pierro. Uma das primeiras iniciativas do governo federal foi a criação, em 1947, do Serviço de Educação de Adultos. Em 1967, outro marco foi o estabelecimento do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que pretendia erradicar o analfabetismo no Brasil. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, reconheceu a EJA como modalidade da educação básica e um direito do cidadão. “Com isso, a oferta de vagas foi ampliada, o governo federal criou materiais didáticos e documentos para orientar as redes. Mas, apesar dos avanços, nas décadas seguintes, o foco principal dos recursos federais foi expandir

o acesso à educação para crianças de 7 a 14 anos”, lembra Pierro. De acordo com ela, após 2016, a situação da EJA se agravou, com a redução do financiamento federal destinado à modalidade.

Pierro explica que o sistema educacional brasileiro estruturou a EJA para atender principalmente adultos de 40 a 60 anos. “Hoje, observamos que o envelhecimento populacional leva cada vez mais pessoas idosas, acima de 60 anos, à modalidade de ensino”, diz. Como reflexo desse movimento, em 2025, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2679/24, que propõe a inclusão explícita de pessoas idosas na modalidade de EJA. A proposta altera a LDB e, caso seja sancionada, a atual EJA passará a se chamar Educação de Jovens, Adultos e Idosos (Ejai), ampliando formalmente o atendimento a idosos que não concluíram o ensino fundamental ou médio.

O outro fenômeno refere-se à procura crescente de jovens com 15 a 19 anos pela modalidade de ensino, segundo o historiador Roberto Catelli, coordenador da área de educação da organização não governamental Ação Educativa. De acordo com o Censo Escolar, atualmente cerca de 63,9% dos alunos da EJA têm menos de 40 anos, e mais de 600 mil matrículas correspondem a pessoas com menos de 20 anos. Os dados do documento corroboram uma tendência já observada em levantamentos anteriores: o deslocamento de jovens do ensino regular para a EJA, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. “Na EJA dos anos finais do ensino fundamental, cerca de 25% dos matriculados têm menos de 17 anos. Já no ensino médio da modalidade, metade dos estudantes possui menos de 23 anos”, comenta Catelli, autor do livro *Educação de jovens e adultos: Das concepções à sala de aula* (Editora Contexto, 2024). “Embora a idade



mínima para ingresso na EJA no ensino médio seja aos 18 anos, tem sido frequente a procura de jovens de 16 e 17 anos”, afirma, destacando que as escolas não podem realizar as matrículas, apesar da demanda. Já no ensino fundamental, a idade mínima para cursar a EJA é a partir de 15 anos, conforme estabelece a LDB. Com pesquisas sobre essa modalidade de ensino realizadas desde a década de 1990, o historiador é diretor dos cursos de EJA e Educação Profissional do Colégio Santa Cruz, em São Paulo.

A psicóloga Debora Cristina Fonseca, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Rio Claro, manifesta percepção similar à de Catelli. De acordo com ela, no estado de São Paulo, nos últimos 10 anos, adolescentes que completam 15 anos sem concluir o ensino fundamental têm sido automaticamente transferidos para a EJA. Assim, esses jovens passaram a ocupar um espaço que, historicamente, é frequentado por adultos. “E o resultado, em muitas escolas, é um ambiente escolar complexo, no qual precisam conviver senhoras que interromperam os estudos por causa da maternidade ou imposição familiar com meninos que foram excluídos do ambiente escolar por diferentes motivos”, conta a pesquisadora, que desde 2024 realiza pesquisa sobre a EJA com financiamento da FAPESP.

Como parte do estudo, Fonseca trabalha com quatro escolas públicas do interior de São Paulo, juntamente com o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas), responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto. As instituições recebem entre seus estudantes adolescentes que

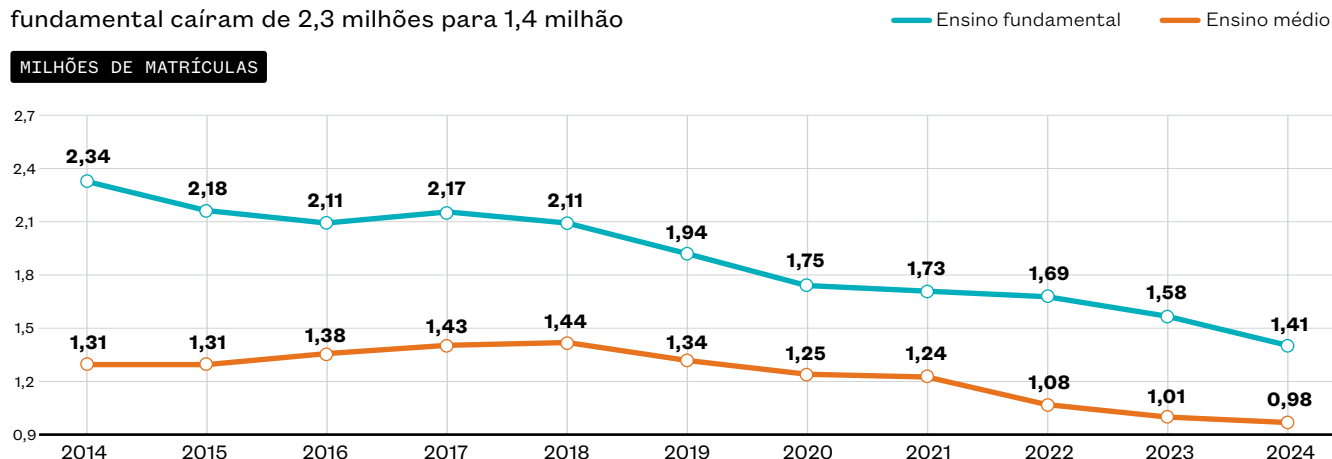
cumprem essas medidas. “Cerca de 90% deles apresentam defasagem escolar e 64% são analfabetos funcionais”, comenta. Em busca de caminhos que garantam a permanência dos alunos, de forma geral, no ambiente escolar, a pesquisadora desenvolveu uma metodologia de intervenção pedagógica baseada na ideia de “escrevivência”, da escritora Conceição Evaristo. Essa proposta sugere o desenvolvimento de um método de escrita que une experiência pessoal e literatura. A partir desse princípio, o projeto coordenado por Fonseca defende que as aulas de língua portuguesa, história, geografia e matemática sejam estruturadas a partir do compartilhamento de vivências.

“A principal premissa pedagógica da EJA deve ser o reconhecimento do repertório de experiências dos adultos”, sustenta Timothy Denis Ireland, que coordenou a cátedra da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de 2011 a 2025. “A criança tem pouca experiência de mundo, mas o adulto tem muita. Qualquer metodologia precisa partir disso. É preciso saber ouvir antes de querer derramar conhecimento”, reforça. Como parte das ações do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo, do MEC, que prevê investimentos de R\$ 4 bilhões até 2027 em diferentes iniciativas voltadas à educação de jovens e adultos, atualmente a cátedra da UFPB provê cursos on-line de formação continuada de professores. Desde 2024, essas formações já alcançaram 16 mil escolas de todo o Brasil.

Graduado em letras, Ireland nasceu na Inglaterra e vive em João Pessoa (PB). Desde a década de 1980 acompanha programas de alfabetização

Presença na EJA

Entre 2014 e 2024, matrículas para realizar o ensino fundamental caíram de 2,3 milhões para 1,4 milhão



FONTE: INEP (MEC)



realizados no Nordeste brasileiro. A região concentra cerca de 37% dos analfabetos funcionais do país, além de apresentar uma taxa de analfabetismo duas vezes superior à média nacional, segundo dados de 2024 e 2025 do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf). Nesse contexto, um dos marcos da trajetória de Ireland foi o desenvolvimento do projeto Escola Zé Peão, que funcionou entre 1990 e 2018. Criada por meio de uma parceria entre a UFPB e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, a iniciativa capacitava estudantes de licenciatura da universidade para atuar como docentes em canteiros de obra. Ao longo de 28 anos, o projeto formou cerca de 400 alunos da UFPB e atendeu mais de 5 mil operários.

Em relação à EJA do Colégio Santa Cruz, Catelli destaca a diversidade do público atendido, que inclui trabalhadores, mulheres que interromperam os estudos para cuidar de filhos, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Segundo ele, os mais jovens buscam retornar à escola para ampliar as perspectivas profissionais, enquanto entre os mais velhos, a motivação é outra. “Eles dizem querer resgatar uma dívida consigo mesmos”, conta o historiador. “Aprender a ler e escrever significa ganhar autonomia para ir ao médico sozinho, preencher fichas e usar o banco sem medo de ser enganado. O impacto na autoestima é enorme.” Desde 1974, o colégio particular oferece gratuitamente essa modalidade de ensino e, anualmente, beneficia cerca de 600 alunos por meio de cursos de alfabetização, ensino fundamental e médio, além de formação técnica em administração e logística, a cerca de 600 alunos.

Em 2024, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo também financiou a elaboração de livros didáticos voltados à EJA. As obras apresentam conteúdos contextualizados à realidade de estudantes adultos, articulando saberes escolares a problemas vivenciados em diferentes contextos. “Profissionais como pedreiros, boleiros, funileiros, entregadores e trabalhadores da indústria têm conhecimentos matemáticos, técnicos e organizacionais que raramente são reconhecidos pela escola formal. Procuramos incorporar esses saberes no material didático”, conta Catelli, que participou da produção dos documentos.

Essa aproximação não se limita a uma dimensão simbólica, mas dialoga diretamente com evidências empíricas sobre os impactos da escolarização. O estudo “A educação que transforma vidas adultas” (2025), elaborado pela economista Fabiana de Felício, buscou mensurar o retorno financeiro da alfabetização de jovens e adultos e do ingresso na EJA entre pessoas de 18 a 60 anos. Realizada a partir de uma demanda da Unesco e do MEC, a pesquisa indica que a alfabetização na EJA pode gerar um aumento médio de renda de 16%. Entre aqueles que concluem o ensino fundamental pela EJA os ganhos chegam a 14%, enquanto a finalização do ensino médio representa, em média, um acréscimo salarial de cerca de 10% em comparação com quem parou os estudos no ensino fundamental. “A elevação da escolaridade de jovens e adultos não é apenas uma conquista individual. Quando a renda do trabalhador cresce, isso se traduz em maior consumo e arrecadação. Em escala nacional, esses ganhos têm potencial de impactar positivamente a economia do país”, conclui Felício. ●

Os projetos, as notas técnicas, os relatórios e os livros consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.